

28 FEV 1987

ESTADO DE SÃO PAULO

"O PMDB precisa apoiar minha proposição, sob pena de ser ultrapassado pelo PFL e pelo PDT na sucessão presidencial", declarou recentemente o senador Ruy Bacellar (PMDB-BA). De que se trata? Simplesmente de estipular que, promulgada a nova Constituição, se realizarem, 120 dias depois, eleições diretas para a escolha do substituto do sr. José Sarney.

O problema da duração do mandato do atual chefe do governo é complexo. De um lado, a favor da gestão de seis anos, existe a tese de que a lei não prejudica o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. De outro lado, a emenda constitucional que convocou o atual Congresso Constituinte lhe atribui tão amplos poderes que deputados e senadores poderão dispor sobre o retorno à Monarquia. Nesta hipótese, em que situação ficaria o governo que aí está? Diz-se que, quando um problema jurídico se exprime em duas equações diferentes, uma delas, seguramente, está errada. Haverá, no tempo próprio, a solução adequada para a questão do mandato, desde que, a partir deste momen-

to, o governo comece a fazer aquilo que dele se espera: governar.

Evidentemente, a sugestão do senador Bacellar tem raízes na consciência que se vai formando, no âmbito da Nação, de que como está não pode ficar. A abulia do Executivo, à sua certidão em decidir, ao seu receio de desagradar quem quer que seja, ao seu vício de fazer média, à sua preferência submissa pelo clube da esquerda (divorciado da opinião pública, centrada e moderada em imensa maioria) e ao seu mau hábito de só querer saber de política, de cortejar políticos, a tudo isso se deve a convicção, talvez já generalizada, de que esta conjuntura de crise exige comando, não firme nas rédeas da Administração, coragem de desagradar, no propósito de buscar o bem comum. Os ministros que integram o primeiro escalão do Executivo não chegam a formar uma equipe. Fossem músicos, devendo exibir seu talento no recital de uma orquestra, produziriam apenas sons conflitantes, a caracterizar insuportável cacofonia. Cada qual cuidaria de executar sua partitura, desinteressado das tarefas do conjunto.

Para evitar o desconhecido

No setor econômico do governo ninguém se entende. Mas os ministros do PFL julgaram necessário expressar sua desconfiança na atuação dos titulares da Fazenda e do Planejamento. Da Bahia procedem dois, o da Saúde e o das Comunicações; são inimigos fiados, não se falam. Há os nacionalistas xenófobos, os que reconhecem a necessidade de atrair o capital estrangeiro para acionar o desenvolvimento, os que se poupam e não tomam posição, relegando a segundo plano a controvérsia, que nada tem de insignificante, como se fosse lícito ficar neutro diante do interesse coletivo. Há os competentes (poucos, infelizmente), os que ainda não conseguiram dizer a que vieram, os que jamais deveriam ter sido nomeados. Enquanto dissentem ou se engalfinham, cruzam os braços ou cometem erros palmares.

Está na hora de, aproximando-se o segundo aniversário da Nova República, pôr termo a essa situação esdrúxula, que não é só enfadonha, é maléfica na medida em que conduz o povo ao pessimismo e ao desânimo, e lhe oferece a oportunidade de cair

nos braços de demagogos de plantão, hábeis em encontrar bodes expiatórios para a crise e explorar o feticheismo dos céticos e dos descrentes, a inconformidade dos descontentes e converter tudo em revolta. Urge dispensar os atuais ministros e pôr no lugar deles uma equipe competente, coesa, coerente, dinâmica, apta a recuperar o tempo perdido em longos meses de politicagem — de decepção e frustração. O governo carece de um programa e de gerentes capazes de executá-lo com competência. Se continuar perdido na tempestade que ele mesmo provocou, não evitará que propostas como a do senador Ruy Bacellar ou quejandas acabem vingando. O poder expelle quem não o exerce, ensina a ciência política. É que não existe sociedade sem autoridade e quando esta se demite de deveres que tem de cumprir para esgotar as prerrogativas de que foi dotada corre o risco de ver-se exonerada, inapelavelmente. Seria excelente para todos, salvo para os que consideram que quanto pior, melhor, se se impedisse o País de avizinhar-se dos inviáveis caminhos que singram para o desconhecido.

ANC P 3